



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde (em formato misto – presencial e videoconferência), na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 10:00 HORAS

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da ata n.º 52, de 17 de fevereiro*
3. *Discussão e votação do texto final relativo aos PJR n.ºs 248/XIV/1.ª (PAN), 630/XIV/2.ª (PCP), 641/XIV/2.ª (CDS-PP) e 656/XIV/2.ª (BE), sobre o SNS e cuidados de saúde primários;*
4. *Discussão e votação do texto final relativo aos PJR n.ºs 622/XIV/2.ª (PAN), n.º 626/XIV/2.ª (IL), 635/XIV/2.ª (Ninsc Cristina Rodrigues) e 636/XIV/2.ª (BE), sobre o acompanhamento de mulheres grávidas e no parto;*
5. *Audição, por videoconferência, conjuntamente com a «Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença Covid-19 e do processo de recuperação económica e social» (CEAMCOVID19), do Coordenador da Task-Force para o «Plano de Vacinação contra a Covid-19», a requerimento do PSD, para prestar esclarecimentos sobre este Plano.*
6. *Discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.º 850/XIV/2.ª (PCP) - «Promoção da saúde mental em contexto covid-19», n.º 861/XIV/2.ª (CDS-PP) - que «Recomenda ao Governo que desenvolva uma abordagem específica e urgente em matéria de Saúde Mental, no contexto da pandemia de COVID-19», n.º 869/XIV/2.ª (BE) - «Medidas de resposta à saúde mental em Portugal», n.º 879/XIV/2.ª (Joacine Katar Moreira - Ninsc) - «Reforçar e Melhorar as Políticas de Saúde Mental em contexto de emergência sanitária», n.º 880/XIV/2.ª (IL) - «Medidas de combate aos problemas de saúde mental tendo em conta a pandemia de Covid-19», n.º 963/XIV/2.ª (PSD) - «Por um compromisso com a Saúde Mental das Novas Gerações», n.º 964/XIV (Ninsc Cristina Rodrigues) - «Pelo reforço das respostas do SNS na área da Saúde Mental» e n.º 969/XIV/2.ª (PAN) - «Recomenda ao Governo o reforço das estratégias para a prevenção e reforço das respostas aos impactos na saúde mental».*

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

7. *Discussão e votação do texto de substituição sobre os PJI n.ºs 512/XIV/2.ª (BE) - «Medidas para a recuperação da atividade das juntas médicas de avaliação de incapacidades», 538/XIV/2.ª (PAN) - «Assegure a resposta eficaz da atividade das juntas médicas de avaliação de incapacidades e dos cuidados de saúde primários em situação epidemiológica provocada pela COVID-19» e 541/XIV/2.ª (PCP) - «Regime Transitório para a emissão de Atestados Médicos de Incapacidade Multiuso»;*
8. *Discussão e votação do requerimento do BE, solicitando as audições do Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo, em Évora, e da ARS do Alentejo, «sobre a perda de urgência pediátrica e sua integração como mero balcão na urgência geral»;*
9. *Discussão e votação do requerimento do BE, solicitando a audição do Diretor do Programa para a área da Saúde Mental, Fernando Miguel Teixeira Xavier, sobre a não concretização da maior parte das metas do Plano Nacional de Saúde Mental que vigorou até 2020 e a falta de definição de um Plano para o futuro;*
10. *Outros assuntos.*

---

1. Informações

A Presidente informou que a Deputada Cristina de Jesus, do PS, passou a integrar a Comissão de Saúde como Deputada efetiva, cessando funções o Deputado José Rui Cruz. Deu ainda conta das Ordens do Dia para 2 e 3 de março, sendo que estão confirmadas as audições do IPST, às 15h e da DGS, às 16h, sobre a questão das «denúncias sobre práticas discriminatórias na doação de sangue por homens que fazem sexo com homens», a requerimento do BE, em conjunto com a 1.ª Comissão. No dia 3 de março está agendada, às 10h30, a audição da ARS Alentejo e às 11h30 a audição da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia de Serpa, a requerimentos do PCP e BE, para «esclarecimentos sobre o Hospital de Serpa e sobre o processo de atribuição do Hospital à Misericórdia», que estão por confirmar. Falou ainda sobre a necessidade de programação das audições pendentes, pedindo aos Grupos Parlamentares que sinalizem as que entendem ser mais urgentes.

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL**

2. Apreciação e votação da ata n.º 52, de 17 de fevereiro

A ata n.º 52, de 17 de fevereiro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CH.

3. Discussão e votação do texto final relativo aos PJR n.ºs 248/XIV/1.ª (PAN), 630/XIV/2.ª (PCP), 641/XIV/2.ª (CDS-PP) e 656/XIV/2.ª (BE), sobre o SNS e cuidados de saúde primários

A Presidente referiu que antes da reunião da Comissão se realizou um encontro entre os Deputados, com vista a fixar um texto único relativo aos PJRs n.ºs 248/XIV/1.ª (PAN), 630/XIV/2.ª (PCP), 641/XIV/2.ª (CDS-PP) e 656/XIV/2.ª (BE), sobre o SNS e cuidados de saúde primários, que foi já enviado a todos. A Deputada Paula Santos apresentou o texto único, pedindo que fosse votado ponto por ponto. A Deputada Susana Correia felicitou todos pelo texto elaborado.

Com a presença de todos os Grupos Parlamentares, registando-se a ausência do CH, foi aprovado o Texto Final com as seguintes votações: Alíneas a), b) e d) do n.º 1 – aprovadas por unanimidade; Alínea c) do n.º 1 – aprovada com os votos a favor do BE, PCP e PAN, e a abstenção do PS, PSD e CDS-PP; n.ºs 2, 3, 4, 5, 7 e 8 - aprovados com os votos a favor do PSD, BE, PCP, CDS-PP e PAN e a abstenção do PS; n.º 6 - aprovado com os votos a favor do BE, PCP e PAN e a abstenção do PS, PSD e CDS-PP; n.º 9 - aprovado com os votos a favor do PCP e PAN e a abstenção do PS, PSD, BE e CDS-PP; Título – aprovado com os votos a favor do PSD, BE, PCP, CDS-PP e PAN e a abstenção do PS.

4. Discussão e votação do texto final relativo aos PJR n.ºs 622/XIV/2.ª (PAN), n.º 626/XIV/2.ª (IL), 635/XIV/2.ª (Ninsc Cristina Rodrigues) e 636/XIV/2.ª (BE), sobre o acompanhamento de mulheres grávidas e no parto

O texto único relativo aos PJR n.ºs 622/XIV/2.ª (PAN), n.º 626/XIV/2.ª (IL), 635/XIV/2.ª (Ninsc Cristina Rodrigues) e 636/XIV/2.ª (BE), sobre o acompanhamento de mulheres grávidas e no parto, foi também elaborado no encontro dos Deputados que se realizou antes da reunião da Comissão e igualmente distribuído a todos.

A Deputada Elza Pais disse que o que os Projetos de Resolução recomendam já está a ser feito e que as restrições introduzidas o foram de forma transitória, por causa da



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

pandemia, para proteção de todos. Acompanha os PJR, mas pensa que estes carecem de oportunidade.

O Texto Final foi aprovado por unanimidade, com a presença de todos os Grupos Parlamentares e registando-se a ausência do CH. O Deputado João Cotrim Figueiredo (IL) e a Deputada Ninsc Cristina Rodrigues, subscritores dos PJR n.ºs 622 e 635, deram o seu acordo, previamente à reunião, relativamente a este Texto Final.

5. Audição, por videoconferência, conjuntamente com a «Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença Covid-19 e do processo de recuperação económica e social» (CEAMCOVID19), do Coordenador da Task-Force para o «Plano de Vacinação contra a Covid-19», a requerimento do PSD, para prestar esclarecimentos sobre este Plano

A audição do Coordenador da Task-Force foi conjunta com a CEAMCOVID19, estando presentes, para além dos Deputados constantes da lista de presenças em anexo, os Deputados daquela Comissão.

Iniciada a audição, a Presidente saudou o Vice-Almirante Henrique Gouveia e Melo e concedeu a palavra ao Deputado Ricardo Batista Leite, que inquiriu sobre o número de vacinas entregue, a compra de vacinas da Moderna, sobre a iliteracia digital dos mais idosos e os meios de esclarecimento das suas dúvidas e a massificação do processo de vacinação.

O Coordenador da Task-Force respondeu às questões colocadas, referindo os números de entregas previstas pelos diversos trimestres de 2021, salientando que, se os mesmos forem cumpridos, os 70% de população com vacinação iniciada seria atingido em agosto. Mais informou que a não recomendação de algumas vacinas para alguns grupos etários é efetivamente um entrave e uma preocupação, como o é a iliteracia digital. Salientou também que o importante é ter a população com algum tipo de proteção, fazendo para si sentido que se possa alargar o período de toma entre vacinas, o que permitiria antecipar a primeira toma para muitos, tendo solicitado um estudo sobre a questão à DGS e ao Infarmed. Referiu ainda que o aumento da capacidade para 100 mil vacinas/dia é uma prioridade.

Dada a palavra aos restantes Grupos Parlamentares, intervieram: Hortense Martins, que questionou sobre as prioridades do plano de vacinação e os dados concretos quanto à vacinação das pessoas com mais de 80 anos e dos doentes com menos de 80 anos,

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL**

bem como qual a posição sobre a inclusão das pessoas portadoras de deficiência no plano de vacinação; Moisés Ferreira, que questionou sobre a revisão do cronograma da vacinação face à posição de algumas farmacêuticas, o surgimento de mutações e variantes em consequência do atraso na vacinação e sobre a contratação de pessoas para os previstos postos públicos de vacinação; Paula Santos, que colocou questões acerca dos compromissos assumidos pelas farmacêuticas e as soluções encontradas para o problema da falta de vacinas e o reforço de meios direcionados para a vacinação; Ana Rita Bessa, que questionou sobre a utilização da vacina da Astra Zeneca pelos diversos grupos, a gestão dos stocks e sobras de vacinas e a forma de identificação dos mais idosos e dos doentes; Bebiana Cunha, que perguntou sobre a inclusão de diversas categorias profissionais e dos estudantes de saúde nos grupos prioritários e João Cotrim de Figueiredo, que colocou questões sobre a gestão de stocks, as dificuldades encontradas na aplicação do plano de vacinação e o tempo entre tomas das vacinas com duas doses.

O Coordenador da Task-Force respondeu às questões colocadas, salientando quais os objetivos priorizados pela DGS, que são o âmbito principal da sua atuação, e sobre a inclusão de estudantes da área da saúde nos grupos prioritários de vacinação, frisando também que não lhe compete discutir o processo de negociação de vacinas, pois a sua prioridade é vacinar e estabelecer parâmetros. Discorreu sobre a experiência de um posto de vacinação rápida, já efetuada, e sobre a gestão dos recursos humanos a serem empregues na vacinação. Referiu ainda que há muitas condicionantes sobre o processo de vacinação, que não dependem de Portugal e que as metas de vacinação dependem da chegada das vacinas, terminando por informar que foi pedida à DGS uma densificação dos conceitos no que diz respeito à gestão de stocks, sobras e prioridades, de modo a que todos os objetivos possam ser cumpridos.

Na 2.ª ronda, usaram da palavra, pedindo esclarecimentos adicionais, os Deputados Bruno Aragão, Ricardo Batista Leite, Ana Miguel Santos, Moisés Ferreira, Paula Santos, Ana Rita Bessa, Bebiana Cunha e João Cotrim de Figueiredo, esclarecimentos que o Coordenador da Task-Force, prestou, após o que a Presidente agradeceu a sua presença e os esclarecimentos por si prestados.

6. Discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.º 850/XIV/2.ª (PCP) - «Promoção da saúde mental em contexto covid-19», n.º 861/XIV/2.ª (CDS-PP) – que «Recomenda



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

ao Governo que desenvolva uma abordagem específica e urgente em matéria de Saúde Mental, no contexto da pandemia de COVID-19», n.º 869/XIV/2.ª (BE) - «Medidas de resposta à saúde mental em Portugal», n.º 879/XIV/2.ª (Joaquine Katar Moreira – Ninsc) - «Reforçar e Melhorar as Políticas de Saúde Mental em contexto de emergência sanitária», n.º 880/XIV/2.ª (IL) - «Medidas de combate aos problemas de saúde mental tendo em conta a pandemia de Covid-19», n.º 963/XIV/2.ª (PSD) - «Por um compromisso com a Saúde Mental das Novas Gerações», n.º 964/XIV (Ninsc Cristina Rodrigues) - «Pelo reforço das respostas do SNS na área da Saúde Mental» e n.º 969/XIV/2.ª (PAN) - «Recomenda ao Governo o reforço das estratégias para a prevenção e reforço das respostas aos impactos na saúde mental»

A discussão conjunta dos PJRs atrás enunciados, ocorreu nos seguintes termos:

O Deputado João Dias apresentou o PJR n.º 850/XIV/2.ª, do PCP, começando por dizer que a pandemia COVID-19 poderá comprometer ainda mais a saúde mental, área que deve ser considerada uma prioridade, recomendando ao Governo que aposte num maior envolvimento dos cuidados de saúde primários na área da saúde mental, com reforço de profissionais especialistas, na promoção de consultas na primeira infância e adolescência, visando uma intervenção precoce, na definição do papel das unidades de cuidados na saúde mental e sua articulação com demais serviços, designadamente com Equipas de Saúde Mental na Infância e Adolescência, num plano específico de prevenção do suicídio e iniciativas visando a eliminação do estigma e discriminação das pessoas com doença mental.

A Deputada Ana Rita Bessa apresentou o PJR n.º 861/XIV/2.ª, do CDS-PP, chamou a atenção para as dificuldades que se irão colocar na fase de especialidade destes PJR e disse que os problemas na área da saúde mental já existiam antes da pandemia, que todavia os adensou, havendo subgrupos especialmente afetados. Por isso se recomenda por isso ao Governo que proceda a um levantamento das necessidades nesta área, que estabeleça e execute um plano calendarizado dos recursos humanos, visando a criação das várias unidades e equipas, que assegure a disponibilização de teleconsultas, que sejam garantidos sistemas de apoio psicológico, em particular para os que estão na linha da frente do combate à pandemia de COVID-19, e que proceda a uma campanha nacional de sensibilização e prevenção para os problemas de Saúde Mental, particularmente direcionada ao contexto da pandemia de COVID-19.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o PJR n.º 869/XIV/2.ª, do BE, salientando que a saúde mental é um problema crónico e que tem sido uma área débil no SNS, situação que a pandemia está a piorar, pelo que recomenda ao Governo que concretize todas as medidas já previstas no OE 2020, que não foram implementadas, que conclua a contratação de psicólogos iniciada em 2018, que reforce os cuidados de saúde primários com mais profissionais, que crie linhas de apoio regionais e nacionais de apoio à saúde mental, com referenciação e encaminhamento para consultas, que crie respostas específicas para as consequências imediatas e futuras que a pandemia tem e terá na saúde mental e que, tendo em conta o atual Programa Nacional para a Saúde Mental, defina os objetivos, metas e medidas a implementar no horizonte futuro, não permitindo que o Plano Nacional se extinga e caia no vazio.

A Deputada Joacine Katar Moreira apresentou o PJR n.º 879/XIV/2.ª, referindo que segundo dados da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental, a depressão afeta cerca de 20% da população portuguesa, o que se agravou com a pandemia, pelo que recomenda ao Governo que continue a implementar o Plano Nacional de Saúde Mental, reforce as equipas comunitárias de saúde mental nos sistemas locais, a oferta de cuidados continuados integrados de saúde mental, as respostas residenciais para pessoas com perturbações mentais crónicas, as equipas de apoio domiciliário e os psicólogos nos estabelecimentos de ensino, bem como desenvolva Projetos de Prescrição Social nas Unidades de Saúde, instale respostas de internamento de psiquiatria e saúde mental em hospitais de agudos e programas de prevenção e tratamento da ansiedade e depressão. Recomenda também que seja reforçada a linha de apoio psicológico destinada a profissionais de saúde e demais trabalhadores essenciais em contexto de pandemia viral, que sejam garantidos os direitos laborais e o emprego, para que não constituam fatores de risco e que se realize uma campanha nacional de informação, sensibilização e prevenção da Saúde Mental em geral.

O Deputado João Cotrim Figueiredo apresentou o PJR n.º 880/XIV/2.ª, referindo que a IL está há muitos meses preocupada com o problema das consequências da pandemia na saúde mental dos portugueses, considerando ser essencial um estudo sobre a emergência de problemas de saúde mental decorrentes da atual situação pandémica. Assim, recomenda ao Governo a realização de estudos epidemiológicos, a referenciação automática de doentes com infeção confirmada, a criação de linhas de apoio especializadas e interinstitucionais, de modo a acudir às diversas necessidades



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

de quem a elas recorre, um reforço da formação dos profissionais de saúde na área da saúde mental e respostas sociais para fazer face ao surgimento de problemas mentais devidos ao COVID, estratégias de combate ao *burn out* em profissionais de saúde, a expansão de equipas de proximidade, uma campanha nacional de sensibilização e prevenção para os problemas de Saúde Mental, particularmente direcionada ao contexto da pandemia de COVID-19 e a atualização do Programa Nacional para a Saúde Mental.

O Deputado Alexandre Poço apresentou o PJR n.º 963/XIV/2.ª, do PSD, considerando que há consenso generalizado sobre a importância do tema em discussão, sendo que, face aos dados preocupantes da saúde mental que são conhecidos, e que foram agravados pela pandemia, recomenda ao Governo a tomada de medidas para a educação e a sensibilização sobre a temática da saúde mental, o reforço de meios humanos especializados, como sejam psicólogos, nas escolas, a implementação do «cheque psicólogo» para toda a população, a criação de mecanismos sistematizados de consulta à distância de psicologia, o reforço da contratação de médicos pedopsiquiatras, a promoção de um estudo nacional alargado e de rastreios que permitam identificar fatores de risco para o suicídio, a instituição de terapêuticas na área da saúde mental e promoção de estratégias de combate à toxicodependência e dependência excessiva de ecrãs e *internet* por parte de crianças e adolescentes, o estímulo e a contratualização de indicadores de desempenho e de ganhos em saúde em contexto de cuidados de saúde primários, a operacionalização de Equipas Comunitárias de Saúde Mental de Infância e Adolescência em cada uma das Regiões de Saúde, a redefinição dos protocolos de encaminhamento para serviços de saúde, a fiscalização da disponibilização de serviços de saúde mental e a garantia de que são orientados por uma intervenção baseada na evidência científica. Face à prioridade que o PSD dá a este tema, o que exige é que o processo de especialidade destas iniciativas seja breve.

A Deputada Cristina Rodrigues apresentou o PJR n.º 964/XIV/2.ª, manifestou-se genericamente de acordo com todos os PJR, considerando que é essencial garantir o acesso da população a cuidados especializados em saúde mental, pelo que recomenda ao Governo a criação do «cheque psicólogo», a contratação de mais psicólogos, o reforço das consultas por videoconferência e da linha de aconselhamento psicológico no SNS 24, a implementação de estratégias de combate ao *burnout* nos profissionais





## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

de saúde e reforço do sistema de apoio a estes profissionais, a concretização no terreno do Programa Nacional para a Saúde Mental, com a sua atualização e a realização de uma campanha nacional de sensibilização e prevenção para os problemas de saúde mental no contexto da COVID-19.

A Deputada Bebiana Cunha apresentou o PJR n.º 969/XIV/2.ª, do PAN, e referiu a importância de se encontrarem respostas para os problemas de saúde mental em relação a grupos específicos, nomeadamente os jovens, os cuidadores informais e os profissionais de saúde, recomendando ao Governo que considere as entidades representativas da juventude como parceiros privilegiados de comunicação, que seja dada uma resposta específica de acompanhamento psicológico para os cuidadores informais, que sejam apoiadas as instituições de ensino superior para garantir uma rede nacional de respostas de acompanhamento psicológico, que sejam concluídos os procedimentos concursais para psicólogos aprovados no OE 2018, e abertos os previstos no OE 2020, que se criem equipas especializadas de profissionais de saúde mental focadas na avaliação de risco de perturbação psico-emocional dos profissionais de saúde, prevenindo potenciais situações de *burnout* e apoiadas as autarquias nas respostas de saúde mental, que se garanta o apoio da Linha de Aconselhamento Psicológico do SNS24, de ações de formação direcionada aos docentes e dirigentes escolares e seja levado a cabo um Estudo Nacional de Avaliação do Impacto da crise COVID19 na saúde mental em Portugal, bem como atualizado o Programa Nacional para a Saúde Mental.

Usou ainda da palavra a Deputada Telma Guerreiro, que referiu que a prioridade da saúde mental já vem de antes da pandemia e que há um reconhecimento público da sua importância e um consenso demonstrado pela apresentação de tantos PJR. Disse concordar na generalidade com as iniciativas, sublinhando que é imenso o trabalho que está pela frente e que pela primeira vez há orçamento que permitirá reformar a saúde mental. Recordou que algumas das medidas que são recomendadas nos PJR, estão em curso. Lembrou a existência na Comissão de Saúde de um Grupo de Trabalho para acompanhar a temática da saúde mental, referindo que era seu entendimento que as audições sobre saúde mental fossem feitas nessa sede, pedindo que não se retire importância a esse Grupo, que tem previstas diversas audições e que poderá dar voz a quem sente que a não tem tido, deixando esta questão para reflexão da Comissão.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

Concluiu dizendo que o PS tem disponibilidade para continuar a discutir este problema, que lhe é tão caro.

A informação relativa à discussão conjunta destes PJRs será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

7. Discussão e votação do texto de substituição sobre os P JL n.ºs 512/XIV/2.ª (BE) - «Medidas para a recuperação da atividade das juntas médicas de avaliação de incapacidades», 538/XIV/2.ª (PAN) - «Assegure a resposta eficaz da atividade das juntas médicas de avaliação de incapacidades e dos cuidados de saúde primários em situação epidemiológica provocada pela COVID-19» e 541/XIV/2.ª (PCP) - «Regime Transitório para a emissão de Atestados Médicos de Incapacidade Multiuso»

O Texto de Substituição relativo aos P JL n.ºs 512, do BE, 538, do PAN e 541, do PCP, foi discutido e votado em conformidade com o que consta do Relatório de Discussão e Votação. Foi acordado que o Texto de Substituição voltará à Comissão na próxima reunião.

O Deputado Pedro Alves, em declaração de voto, disse que a abstenção do PSD em todo este processo se justifica pelo facto de ter sido anunciado pelo SEAS que esta matéria vai ser legislada pelo Governo brevemente, pelo que o PSD reserva a sua pronúncia para esse momento.

A Deputada Sónia Fertuzinhos referiu que o voto contra do PS se justifica pelo facto de o Governo estar a legislar nesta matéria.

A Deputada Paula Santos, também em declaração de voto, considerou que se poderia ter ido mais longe, independentemente de o Governo estar a legislar, pois estamos há praticamente um ano com este problema e sem solução. Valoriza que tenha sido aprovada uma proposta do PCP, quanto aos doentes oncológicos, porque é urgente, mas o diploma fica aquém das necessidades.

8. Discussão e votação do requerimento do BE, solicitando as audições do Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo, em Évora, e da ARS do Alentejo, «sobre a perda de urgência pediátrica e sua integração como mero balcão na urgência geral»

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento BE que solicita as audições do Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo, em Évora, e da ARS do

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL**

Alentejo, «sobre a perda de urgência pediátrica e sua integração como mero balcão na urgência geral», referindo que a situação se tem vindo a agravar.

Os Deputados Telma Guerreiro, António Maló de Abreu e Paula Santos manifestaram o seu apoio ao requerimento.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do CH.

9. Discussão e votação do requerimento do BE, solicitando a audição do Diretor do Programa para a área da Saúde Mental, Fernando Miguel Teixeira Xavier, sobre a não concretização da maior parte das metas do Plano Nacional de Saúde Mental que vigorou até 2020 e a falta de definição de um Plano para o futuro

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento do BE solicitando a audição do Diretor do Programa para a área da Saúde Mental, Fernando Miguel Teixeira Xavier, sobre a não concretização da maior parte das metas do Plano Nacional de Saúde Mental que vigorou até 2020 e a falta de definição de um Plano para o futuro. Pede urgência nesta audição.

A Deputada Telma Guerreiro quis deixar à consideração de todos que o Grupo de Trabalho da Saúde Mental, que coordena, fixou já um conjunto de audições a realizar, frisando que a primeira é exatamente a audição do Diretor do Programa para a área da Saúde Mental.

O Deputado Moisés Ferreira disse ser vontade do BE que a audição agora requerida se realize no plenário da Comissão, no que foi secundada pela Deputada Paula Santos.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do CH.

A reunião foi encerrada às 13:55 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida neste [link](#) e neste [link](#). A vídeo gravação da audição efetuada durante a presente reunião poderá ser acedida neste [link](#).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL**

Palácio de São Bento, 25 fevereiro 2021.

**A PRESIDENTE**

*M. Antónia de Almeida Santos*

**(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)**



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Cristina Jesus (PS)  
Hortense Martins (PS)  
Joana Lima (PS)  
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)  
Sónia Fertuzinhos (PS)  
Susana Amador (PS)  
Susana Correia (PS)  
Telma Guerreiro (PS)  
Alberto Machado (PSD)  
Álvaro Almeida (PSD)  
António Maló De Abreu (PSD)  
Cláudia Bento (PSD)  
Pedro Alves (PSD)  
Ricardo Baptista Leite (PSD)  
Rui Cristina (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
José Manuel Pureza (BE)  
Moisés Ferreira (BE)  
Paula Santos (PCP)  
Ana Rita Bessa (CDS-PP)  
Bebiana Cunha (PAN)  
André Ventura (CH)  
Elza Pais (PS)  
Francisco Rocha (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
João Gouveia (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Sara Velez (PS)  
Cristóvão Norte (PSD)  
Fernanda Velez (PSD)  
Hugo Patrício Oliveira (PSD)  
João Dias (PCP)  
Cecília Meireles (CDS-PP)  
Cristina Rodrigues (NINSC)  
João Cotrim De Figueiredo (IL)  
Jocine Katar Moreira (NINSC)

